

*Artigos – Gestão do Turismo***A governança institucionalizada do turismo de Porto Alegre em diferentes gestões municipais (de 2005 a 2020)****The institutionalized governance of tourism in Porto Alegre in different municipal administrations (from 2005 to 2020)****La gobernanza institucionalizada del turismo en Porto Alegre en diferentes administraciones municipales (de 2005 a 2020)****Ivone dos Passos Maio<sup>1</sup> Maurício Ragagnin Pimentel<sup>2</sup>**<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, RS, Brasil.<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.**Palavras-chave:**Política de Turismo;  
Instrumentos de política pública;  
Governança;  
Porto Alegre.**Resumo**

Este artigo avalia as implicações das trocas de gestão do executivo no desenho institucional e na governança do turismo em Porto Alegre - RS ao longo de quatro ciclos eleitorais (2005 a 2020). Também, ajuda a compreender em que medida a perda da pasta específica impacta na institucionalização da política de turismo. Para isso examinou-se: a produção legislativa, execução orçamentária, instâncias participativas e convênios com o ente federal. Os dados foram interpretados a partir das teorias de Hall (2011) e Velasco González (2016) sobre a governança em turismo e seus instrumentos. Identificou-se que a partir de 2005, período social-liberal (Fedozzi, 2022), o turismo em Porto Alegre passa a corresponder a uma governança situada entre o tipo hierárquico e o tipo em rede (Hall, 2011), tendo como marco a criação da Secretaria Municipal de Turismo. Neste período, todos os instrumentos mostram maior institucionalização da política de turismo. Já, a partir de 2017, o período neoliberal-conservador (Fedozzi, 2022), a análise aponta para a desinstitucionalização da política de turismo. No modelo de Hall (2011), a governança aproxima-se ao tipo mercadológico, em que é conferido ao mercado o papel de desenvolver a atividade turística. O artigo contribui para a literatura ao documentar que os modelos de governança mudam conforme os grupos no poder, bem como o uso dos diferentes instrumentos de política pública.

**Keywords:**Tourism policy;  
Policy instruments;  
Governance;  
Porto Alegre.**Abstract**

This text seeks to assess the implications of changes in executive management on the institutional design and governance of tourism in Porto Alegre - RS over four electoral cycles (2005 to 2020). It also helps to understand the extent to which the loss of a specific tourism department impacts the institutionalization of tourism policy. This was done by examining legislative production, budget execution, participatory bodies and agreements with the federal government. The data was interpreted using the theories of Hall (2011) and Velasco González (2016) on tourism governance and its instruments. It was identified that from 2005 onwards, a social-liberal period (Fedozzi, 2022), tourism in Porto Alegre began to correspond to a form of governance situated between the hierarchical type and the network type (Hall, 2011), with the creation of the tourism department as a milestone. During this period, all the instruments show greater institutionalization of tourism policy. As of 2017, the neoliberal-conservative period (Fedozzi, 2022), the analysis points to the deinstitutionalization of tourism policy. In Hall's (2011) model, governance is closer to the market type, in which the market is given the role of developing tourism activity. The article contributes to the literature by documenting that governance models change according to the groups in power, as well as the use of different public policy instruments.

**Palabras clave:**Política turística;  
Instrumentos de política pública;  
Gobernanza;  
Porto Alegre.**Resumen**

Este texto busca evaluar las implicaciones de los cambios en la dirección ejecutiva sobre el diseño institucional y la gobernanza del turismo en Porto Alegre - RS a lo largo de cuatro ciclos electorales (2005 a 2020). También ayuda a comprender en qué medida la pérdida de una cartera específica

Revisado em pares.  
Recebido em: 20/07/2024.  
Aprovado em: 17/10/2024.  
Editora: Verônica Mayer

tiene un impacto en la institucionalización de la política turística. Para ello, se analizó la producción legislativa, la ejecución presupuestaria, las instancias de participación y los acuerdos con el gobierno federal. Los datos se interpretaron utilizando las teorías de Hall (2011) y Velasco González (2016) sobre la gobernanza turística y sus instrumentos. Se identificó que a partir de 2005, período social-liberal (Fedozzi, 2022), el turismo en Porto Alegre pasó a corresponder a una forma de gobernanza situada entre los tipos jerárquico y en red (Hall, 2011), teniendo como hito la creación de la Secretaría Municipal de Turismo. Durante este período, todos los instrumentos muestran una mayor institucionalización de la política turística. A partir de 2017, período neoliberal-conservador (Fedozzi, 2022), el análisis apunta a la desinstitucionalización de la política turística. En el modelo de Hall (2011), la gobernanza se acerca más al tipo de mercado, en el que se atribuye al mercado el papel de desarrollar la actividad turística. El artículo contribuye a la literatura al documentar que los modelos de gobernanza cambian según los grupos de poder, así como el uso de diferentes instrumentos de política pública.



**Como Citar:** Maio, I. P., & Pimentel M. R. (2024). A governança institucionalizada do turismo de Porto Alegre em diferentes gestões municipais (de 2005 a 2020). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 18, e-2998, 2024. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2998>

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura sobre políticas públicas e turismo tem conferido um papel relevante ao Estado quando o tema é o desenvolvimento do turismo (Lickorish & Jenkins, 2000; Hall, 2004, 2011; Velasco González, 2005, 2016). Boa parte da produção acadêmica nacional dedicou-se a estudar as políticas públicas federais de desenvolvimento do turismo, com foco na construção da agenda (Pereira *et al.*, 2012; Galdino & Costa, 2015; Manzano Lopes & Pannoso Netto 2021; Chaves, Secchi, 2022), nos planos de turismo (Vilela & Costa, 2020), sua execução orçamentária (Todesco & Silva, 2021) ou da pasta do executivo (Lemos, 2013). O princípio da descentralização - art 4º Lei 11771/2008 -, como destacado por Trentin (2016), acentua a importância de estudos em escala local. Apesar das diretrizes nacionais, municípios e estados têm autonomia. Assim, o modo como cada arranjo particular irá estabelecer seu 'governo do turismo', ou 'polity' (Velasco González, 2016), é produto, também, das contingências locais.

Em nível local ou regional, encontra-se relevante produção, especialmente de estudos de caso, acerca do processo de regionalização do turismo, estimulado pela política federal (Anjos & Andrade, 2021; Pinheiro *et al.*, 2020; Reis Xavier *et al.*, 2021). O tema da participação social nas políticas públicas também ganhou atenção de pesquisadores brasileiros (Riscado, 2019; Bantin & Fratucci, 2019, Trentin, 2016). No entanto, nota-se a preferência por descrições que expressam uma fotografia dos arranjos estudados e menos atenção a como essas realidades mudam ao longo do tempo. A despeito de que seja recorrente a fala da descontinuidade de ações por motivos políticos como aspecto negativo das políticas públicas em turismo, percebe-se que poucos estudos nacionais olharam para como as mudanças políticas no nível local influenciam os modelos de governança adotados, bem como o modo em que distintos governos utilizam os instrumentos de política pública disponíveis para cumprir seus objetivos.

A literatura internacional tem se dedicado a pensar diferentes tipos de governança no turismo, estes tipos variam de localidade para localidade, mas também podem variar ao longo do tempo num mesmo destino em função das diferentes visões políticas e arranjos de atores que assumem o poder local (Beaumont & Dredge, 2010; Velasco González, 2016, Sainaghi, 2005). Velasco González (2016) chega a apontar para uma divisão na análise das políticas públicas em turismo entre um enfoque relacional, centrado no poder, e um enfoque racional, que busca certa assepsia em relação ao político - no sentido da política partidária e realpolitik. No entanto, como aponta Hall (2011, p.3) "toda política tem implícita uma teoria", haja vista que contém premissas sobre qual papel do Estado, qual relação deveria haver entre esse e os outros atores (privados, comunidade), quais são suas responsabilidades e interações políticas. Cabe ponderar que tais considerações mudam conforme o grupo político no poder.

Assim, este texto tem como objetivo avaliar as implicações das trocas de gestão do executivo no governo do turismo (*polity*), bem como no uso de instrumentos governamentais na política do turismo (*policy*) de um destino metropolitano brasileiro: Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Isso é feito a partir de diferentes fontes secundárias - legislação e projetos de lei, Planos Plurianuais municipais, execução orçamentária, dados sobre convênios entre município e Ministério do Turismo - e cotejado com os tipos de governança propostos por Hall (2011). Ao pautar-se por documentação secundária, a metodologia aqui proposta pode ser útil para avaliar os casos de outros destinos.

A essa introdução, segue uma breve contextualização do turismo em Porto Alegre e dos grupos políticos que ocuparam o poder no período entre 2005 e 2020. Posteriormente, apresenta-se uma revisão teórica sobre tipos de governança e instrumentos de política pública. Na metodologia descreve-se as fontes e os processos de análise.

Em resultados e discussões, há as considerações empíricas contextualizadas com a teoria. Por fim, as considerações finais retomam a proposta do texto e sua contribuição à literatura, indicam suas insuficiências e apontam para novas possibilidades de investigação.

## 2 CONTEXTUALIZANDO: O TURISMO EM PORTO ALEGRE E OS GRUPOS NO PODER MUNICIPAL

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, uma metrópole 1C (IBGE, 2018) em termos de hierarquia urbana com 1,33 milhão de habitantes (IBGE, 2022), PIB per capita de R\$51.116,72 (IBGE, 2020) e IDHM de 0,805 (PNUD, 2022). Quanto ao seu alinhamento na Política Nacional de Turismo, é um destino categoria A no Mapa Brasileiro do Turismo (Brasil, MTUR, 2019), até 2021 não estava em nenhuma instância regional de governança turística, se autointitulava como região. Na última edição do estudo de competitividade dos 65 destinos indutores (Brasil, MTUR, 2015), figurava como terceiro destino mais bem posicionado.

Como destino metropolitano, a demanda turística de Porto Alegre é variada. Possui um forte fluxo corporativo, mas também se destaca seu papel como centro regional que atrai visitantes de lazer em busca de seus serviços, oportunidades de compras e entretenimento/cultura. Além disso, procura captar eventos e posicionar-se como destino MICE<sup>1</sup>. Porto Alegre é o principal acesso aéreo do Estado e atrai significativo movimento de pessoas em trânsito que programam uma visita neste ponto de conexão, a exemplo de visitantes de outras regiões do Brasil à Serra Gaúcha, rio-grandenses que partem para outros estados e rioplatinos rumo ao litoral catarinense.

Ao ter uma economia diversificada, embora pautada em serviços, o turismo assume um papel coadjuvante na agenda política local. Pimentel e Castrogiovanni (2022) apresentam uma visão dos atributos e qualificações a partir das quais o destino foi indexado na literatura para visitantes. Assim como outros destinos urbanos, Porto Alegre também tem sua imagem pautada em valores como cosmopolitismo, diversidade, modernidade, além de particularidades como patrimônio histórico, costumes locais e elementos de seu sítio urbano.

Para atingir o objetivo deste trabalho de avaliar as implicações das trocas de gestão do executivo no desenho institucional e na governança do turismo, cabe realizar breve digressão sobre a história política de Porto Alegre, especialmente no que se refere ao executivo municipal, sintetizada no quadro 1. Após a redemocratização, nas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), a cidade tornou-se emblemática pela sua trajetória progressista e pelas inovações, especialmente na área da participação social. A partir de 2005, com a vitória de José Fogaça (PPS, 2005–2008; PMDB, 2009–2010), a cidade experimentou uma “virada à direita”, acentuada em 2017 com a vitória de Nelson Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020).

**Quadro 1** – Os grupos no poder no executivo municipal de Porto Alegre – 2005-2020

Ano	Prefeito e Vice-Prefeito	Coligação	Classificação partidária do prefeito e vice*	Periodização**
2005-2008	José Fogaça (PPS) e Eli-seu Santos (PTB)	PPS (23), PTB (14)	Esquerda; Direita	Governança social-liberal
2009-2012	José Fogaça (PMDB) e José Fortunati (PDT)	PMDB (15); PDT (12); PTB (14); PSDC (27)	Centro; Esquerda	Governança social-liberal
2013-2016	José Fortunati (PDT) e Sebastião Melo (PMDB)	PDT (12); PMDB (15); PP (11); DEM (25); PTB (14); PRB (10); PPS (23); PMN (33); PTN (20)	Esquerda; Centro	Governança social-liberal
2017-2020	Nelson Marchezan Júnior (PSDB) e Gustavo Bohrer Paim (PP)	PSDB (45); PP (11); PMB (35); PTC (36); PV (43)	Centro; Direita	Coalizão neoliberal-conservadora

Fonte: elaboração própria.

\*Tarouco e Madeira (2013) e Leoni (2002)

\*\*Fedozzi (2022).

Ao avaliar as gestões da Prefeitura de Porto Alegre desde a redemocratização, Fedozzi (2022) propõe a seguinte periodização: democracia participativa (1989-2004); governança social-liberal (2005-2016) e coalizão neoliberal-conservadora (2017-2020). Assim, o primeiro período foge ao recorte temporal desta análise, mas constitui o ponto de partida para os momentos posteriores.

<sup>1</sup> Sigla em inglês Meetings, Incentive, Conferences and Exhibitions, ou congressos, viagens de incentivo, conferências e exposições, que designa o que tradicionalmente se denomina por turismo de eventos.

No período da democracia participativa houve implementação de práticas pelas quais a cidade ficou conhecida como Orçamento Participativo (OP) e o Fórum Social Mundial (FSM). Em termos da política setorial de turismo, destaca-se sua formulação a partir da Conferência da Cidade - que buscava articulação, apoio e construção participativa com movimentos sociais territorializados - e o destaque para o que Gastal e Moesch (2007), denominam turismo cidadão. Embora possa parecer controverso à definição de turismo como deslocamento, o conceito designa a busca pela incorporação de práticas turísticas pela própria população em seu território, instigando um deslocamento do olhar e do modo de vivenciar a cidade. Isso se expressava em roteiros de turismo de base comunitária, e uma atuação do poder público em posicionar o território como palco para práticas turísticas, a exemplo da implementação da Linha Turismo por meio do OP.

A partir de 2005, inicia um processo de 'contrarreforma urbana', ou desdemocratização, caracterizado pela desconstrução das práticas de democracia participativas experimentadas até então. Isso ocorre com a paulatina desarticulação da participação popular, o lançamento de um programa paralelo ao OP, denominado Governança Solidária, o não atendimento das demandas comunitárias até então decididas, e a volta do peso político do legislativo com práticas clientelísticas na definição das prioridades orçamentárias. Esse período em certa medida é caracterizado como um ponto de transição para o seguinte. Em termos de política de turismo, o destaque é a criação da Secretaria Municipal de Turismo (SMTur), que será abordada mais adiante.

Desde 2016, há ênfase pró-mercado na busca por 'construir um regime urbano de tipo empreendedorista e um city marketing sob direção das elites políticas conservadoras em aliança com os setores do mercado imobiliário e da mídia empresarial hegemônica' (Fedozzi, 2022, p.118). Em termos de política de turismo é extinta a SMTur, em 2017. Nas políticas urbanas, Soares *et al.* (2020) consideram que desde então Porto Alegre tem sido administrada por uma coalizão de centro-direita, com efeitos na legislação urbanística, flexibilizações, desregulações, resultando em práticas de um "neoliberalismo empreendedor urbano" (p. 140). Os autores identificam marcos deste processo, como a legislação das Parcerias Público-Privadas de 2005 e as chamadas "Obras da Copa" (2007-2014), mas ressaltam que tal processo é recrudescido a partir da eleição de Marchezan Júnior (PSDB, 2017 - 2020).

### 3 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO - INSTRUMENTOS GOVERNAMENTAIS E TIPOS DE GOVERNANÇA

Parafraseando Dye, Hall (2011) afirma que a política de turismo é 'o que o Estado decide fazer, ou não fazer, a respeito'. O que é particularmente válido se considerarmos a história do turismo e o processo de transformação de locais em destinos turísticos, como fez a Equipe MIT (2005). Os autores relatam um processo de quatro fases (olhar, praticar, equipar e legislar) em que a atuação estatal, via de regra, é a última. Em geral, o Estado se envolve quando é mobilizado em função de conflitos, ameaças sobre bens comuns, necessidade de regulamentações, pressão por utilizar o turismo como vetor de desenvolvimento. Em outras palavras, quando o turismo se torna um 'problema público'. Embora, também haja o caso de locais não urbanizados que foram criados do zero a partir da intervenção e desejo estatal em fazê-los turísticos, como estações balneárias em países periféricos. De modo geral, pode se dizer que o turismo se origina das práticas de sujeitos urbanos buscando habitar temporariamente locais fora de seu entorno habitual e que, não obstante ocorram independente da atuação do Estado, podem ser largamente por esse influenciadas.

Considerando as atuações do Estado, cabe o questionamento feito por Ivars (2006) e Velasco González (2005): quais as particularidades de uma política setorial de turismo? O que a diferencia da atuação estatal em outros âmbitos? Velasco González (2016) defende que, em geral, na política de turismo há a combinação variável de cinco objetivos: crescimento; planejamento; proteção do visitante e melhoria de serviços; articulação institucional e inteligência.

Para cumprir com esses objetivos, Velasco González (2016) aponta alguns dos principais instrumentos disponíveis aos governos. São eles: i) instrumentos organizativos, com foco nas estruturas políticas, administrativas, financeiras e de cooperação público-privada; ii) instrumentos normativos ou de ordenação, são as normas que geram direitos ou obrigações em torno do tema turismo; iii) instrumentos de fomento, que estimulam que outros atores sociais se engajem nos objetivos da política de turismo, frequentemente envolvem incentivos e/ou subvenções econômicas; iv) instrumentos de melhora do conhecimento, ligados à geração de dados sobre o turismo, incluem ações como pesquisas, sistemas de informação e disseminação de informações e valores conectados aos objetivos da política; v) instrumentos de comunicação, geralmente dedicados a promoção dos destinos turísticos.

Ainda que a autora apresente estes instrumentos como sendo comuns aos diferentes governos, nosso pressuposto de pesquisa sugere que a forma como cada governo faz uso destes se altera de acordo com o grupo político no poder, expressando diferentes tipos de governança.

É nesse sentido que Hall (2011) procura elencar os instrumentos à disposição dos governos, estabelecendo que as diferentes maneiras de aplicação dos instrumentos correspondem às diferentes estruturas de governança em turismo. A partir de uma matriz que considera atores (públicos, privados) e modos de condução (hierárquicos, não hierárquicos), o autor propõe quatro tipos de governança: estruturas hierárquicas, mercadológicas, em rede e comunitárias. Cada tipo relaciona-se ao uso de instrumentos de política pública com determinados fins. O autor caracteriza os tipos a partir de doze aspectos, dos quais, selecionou-se três para dar destaque no quadro a seguir: i) características determinantes do tipo; ii) visão de democracia subjacente e iii) instrumentos fundamentais da política.

**Quadro 2** - Tipos de governança segundo Hall (2011)

<b>Tipo</b>	<b>Características determinantes do tipo</b>	<b>Visão de democracia</b>	<b>Instrumentos fundamentais</b>
Hierárquico	Modelo idealizado de governo democrático e administração pública; Distinção entre os espaços público e privado da política; Foco no bem comum; Comando e controle, tomadas de decisão de cima para baixo; Relações hierárquicas entre os níveis do Estado.	Elitista	Regulação, lei; Alocação clara de poder entre diferentes níveis do Estado; Desenvolvimento de um conjunto claro de acordos institucionais; Licenciamento, permissões, autorizações e padrões.
Mercadológico	Crença no mercado como mais eficiente e apenas enquanto mecanismo de alocar recursos; A crença no poder de cidadãos por meio de seu papel como consumidores; Uso de critérios monetários para medir a eficiência; Arena política para atores econômicos onde eles cooperam para resolver problemas comuns;	Determinada pelo consumidor; empoderamento cidadão	Corporatização e/ou privatização de órgãos estatais; Uso de subsídios e incentivos fiscais para incentivar comportamentos desejados; Uso de instrumentos legais para estimular a eficiência do mercado; Instrumentos voluntários; Sem intervenção do Estado.
Em rede	Facilitar a coordenação de interesses públicos e privados na alocação de recursos aumentando a eficiência da implementação da política; Varia desde comunidades coesas de políticas até coalizões de interesse em um único tema; Regular e coordenar áreas de políticas de acordo com as preferências dos atores da rede, mais do que considerações sobre a política pública; Dependência mútua entre rede e Estado.	Híbrida/stakeholder, papel significativo atribuído a grupos de interesse.	Auto-regulação; Sistemas de certificação; Códigos de boas práticas; Associações setoriais do turismo; Organizações não-governamentais;
Comunitário	Noção de que as comunidades devem resolver seus problemas comuns com o mínimo envolvimento do Estado; Baseia-se em uma imagem consensual da comunidade e no envolvimento positivo de seus membros em questões coletivas. Governança sem governo; Fomento do espírito cívico.	Participativa	Autorregulação; Reuniões públicas; Participação social; Sem intervenção do Estado; Instrumentos voluntários; Informação e educação; Associações de voluntários. Referendos e pesquisas de opinião Construção de capital social

Fonte: adaptado de HALL, 2011.

Percebe-se que os enfoques de Velasco González (2016) e Hall (2011) podem ser complementares. O primeiro tipifica os instrumentos, tendo como critério sua função principal (por exemplo, instrumento normativo produz legislação) e não qualifica esta função. Já o segundo, atribui qualificadores aos instrumentos, ressaltando a finalidade no uso dos instrumentos (por exemplo, leis que estimulam a eficiência), gerando, dessa forma, um conjunto mais diversificado e normativo (no sentido que expressa valores). Ao adotar Hall (2011) como uma de nossas referências, buscamos destacar que mesmo que diferentes governos atuem em um contexto jurídico e institucional

similar, valores, ideologias e objetivos variam e, portanto, a governança assume diferentes sentidos na prática destes governos.

No entanto, ao considerar que um dos elementos centrais da proposta de Hall (2011) é a forma como o Estado se relaciona com a sociedade, propomos complementar a proposta de Velasco González (2016) com mais um instrumento disponível aos governos para executar suas políticas de turismo: o instrumento de participação. No caso brasileiro, desde a Constituição de 1988 há a previsão de uma série de instrumentos participativos, seja por meio de conselhos, consultas públicas, referendo e outros. Na política de Turismo, é emblemático a previsão do Conselho Nacional de Turismo no Sistema Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008). No entanto, cabe frisar, como mencionado acima, que a forma como cada governo é permeável ou não à participação social se altera de acordo com os grupos no poder, mesmo que a previsão legal dos instrumentos se mantenha ao longo do tempo (Arretche Marques, 2019; Tatagiba *et al.*, 2022).

#### 4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória e descritiva (Gil, 2022) que utiliza a análise documental como principal instrumento. Também pode ser caracterizada como um estudo de caso (Yin, 2009). Embora as ferramentas da observação ou da autoetnografia não sejam utilizadas de forma sistemática, cabe citar que os autores trabalharam no departamento de turismo de Porto Alegre, o que certamente traz influências para a análise.

Neste trabalho, busca-se conhecer e caracterizar a política de turismo de Porto Alegre ao longo de quatro ciclos eleitorais, dos anos de 2005 a 2020, recorte justificado pela disponibilidade das fontes utilizadas e pelo encerramento do último mandato. Retomando nosso pressuposto de pesquisa, ele sugere que a forma como cada governo faz uso de instrumentos de política pública se altera de acordo com o grupo político no poder, expressando diferentes tipos de governança no turismo de Porto Alegre. Tomou-se as propostas de instrumentos da política pública apresentada por Velasco González (2005, 2016) e Hall (2011) como lentes a partir das quais se analisam dados secundários de diferentes fontes, a saber: i) legislação sobre desenho institucional dos distintos órgãos responsáveis pela política de turismo; ii) relatórios anuais do TCE/RS com a execução orçamentária anual dos programas e ações vinculados à função programática turismo (código 695) de 2005 a 2020; iii) Planos Plurianuais do município de Porto Alegre (2006-2020); iv) convênios celebrados entre Prefeitura de Porto Alegre e o Ministério do Turismo de 2006 a 2020, considerando número, valor e percentual de repasse; v) projetos de lei<sup>2</sup> relacionados ao tema turismo que tramitaram na Câmara Municipal de Porto Alegre; vi) legislação relacionada ao turismo sancionada no período analisado; vii) documentos e legislação sobre as instâncias participativas ativas ao longo do período. Cabe ressaltar que não há publicação oficial de um Plano Municipal de Turismo em nenhuma das gestões do período analisado, justificando a ausência deste documento na análise.

Para a busca e seleção dos projetos de lei, foi consultado o portal da Câmara Municipal de Porto Alegre com os filtros por período, palavras-chave “turismo”, “turístico(a)” e “turista” e por tipos de lei (Projetos de Lei). Já para a legislação pertinente, a busca foi feita em site e no sistema público de informações SIREL, ela retornou 800 documentos. Destes, foram selecionados Leis e Decretos com impacto significativo à política turística, desprezando leis de menor impacto, tais como as que versavam sobre a inclusão de datas comemorativas no calendário de eventos da cidade ou atos administrativos de baixo impacto (manejo de cargos de confiança, por exemplo). Considerando que subvenções e incentivos econômicos precisam de suporte legal, a legislação também pode informar possíveis usos de instrumentos de fomento.

#### 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

##### 5.1. Instrumentos organizativos: o governo do turismo (*polity*) nas diferentes gestões

Apesar de haver elementos de Estado instituídos e constantes, bem como uma diretriz indicada na Política Nacional de Turismo, o desenho institucional do executivo municipal pode ser alterado por cada governo de acordo com suas prerrogativas, e do modo a partir do qual pretende viabilizar a execução da sua agenda. Esse desenho institucional, ou *polity*, define competências em termos jurídicos, mas também as expectativas e responsabilidades da gestão em relação à área. Essa estrutura reflete escolhas próprias do governo, que se supõe legítimo, para coordenar

<sup>2</sup> Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da esfera estatal em questão, está sujeita à aprovação conforme ritos do Poder Legislativo, posteriormente, à sanção ou ao veto do representante do executivo.

objetivos conflitivos em um todo coerente, limitando interesses e decidindo como usar os recursos que são escassos (Velasco González, 2005). De certo modo, é um fixo a partir do qual se executarão as diferentes políticas, *polícies*, que têm um caráter de fluxo. Avaliar a posição institucional que o turismo ocupa no executivo municipal nos permite avaliar sua importância e o papel em cada governo. Esse desenho institucional, de algum modo, também conforma diferentes visões que se tem do papel do estado e da democracia, sendo adequada sua leitura a partir da tipologia já apresentada de Hall (2011).

Assim, nosso olhar se volta à estrutura do órgão de turismo de Porto Alegre no período analisado. Uma boa síntese sobre o governo do turismo em Porto Alegre no período analisado é verificar o órgão executor das despesas em turismo (função 695) no orçamento municipal. A base de dados aponta cinco momentos: Gabinete do Prefeito; Secretaria de Indústria e Comércio; Secretaria de Turismo; Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Para melhor compreender o contexto do turismo na estrutura do executivo municipal cabe uma breve retrospectiva. Em 1972 é criada a Empresa Porto Alegrense de Turismo (EPATUR), durante os anos 1980 ficou responsável principalmente pelo Carnaval, retomando sua preocupação com turismo no fim da década de 1990. Em 1998, ainda no período da 'Democracia Participativa' (Fedozzi, 2022), é criado o Escritório Municipal Porto Alegre Turismo que funcionou até 2004, ora vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio (SMIC), ora ao Gabinete do Prefeito (Antunes, 2006). Neste período destaca-se a estratégia de posicionar Porto Alegre como "Capital do Mercosul", a realização da Conferência Municipal de Turismo, a proposta de uma Política Municipal de Turismo (LC447/2000) e o acontecimento do Fórum Social Mundial, evento que a cidade sediou em suas primeiras edições (2001, 2002, 2003, 2005) e lhe fez ganhar projeção internacional. A partir de então, se inicia nosso período de análise.

Com a vitória de José Fogaça (PPS, 2005–2008; PMDB, 2009–2010), o órgão de turismo fica ligado à SMIC até 2007, ano em que pela primeira vez na história de Porto Alegre, é criada uma Secretaria específica de turismo. Tal ato demandou o estabelecimento de um quadro técnico e administrativo, que combinou a manutenção de funcionários remanescentes da EPATUR, com a criação de novos cargos de confiança e cargos efetivos, incluindo, nestes últimos cinco direcionados a Bacharéis em Turismo por meio de concurso público. Além disso, foi efetivado em um convênio com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-RS) que possibilitava terceirizar parte da equipe.

Com base em informações de publicação de relatório sobre a atuação do órgão (Porto Alegre, 2016) é possível afirmar que tanto a estrutura, quanto o quadro de profissionais da Secretaria Municipal de Turismo (SMTur) cresceram ao longo do período que engloba as gestões Fogaça (PPS, 2005 – 2008; PMDB, 2009 – 2010) e Fortunati (PDT, 2010 – 2012; 2013 – 2016). Em 2016, seu último ano, a SMTur contava com cerca de 40 profissionais (sendo 10 Bacharéis em Turismo concursados) e o mesmo número de estagiários. Na lei que regulamenta a criação da SMTur percebe-se o esforço de detalhar a estrutura interna e prescrever as finalidades e objetivos que este órgão deveria cumprir na política pública municipal. Além do Gabinete do Secretário, era constituída por três assessorias: Comunicação, Jurídica e Relações Institucionais. Os departamentos finalísticos eram: Planejamento Turístico, Informação Turística, Marketing e Promoção e Linha Turismo, além do suporte do setor Administrativo Financeiro. É também fortalecido o sistema municipal de turismo, tendo na SMTur o órgão gestor do Fundo Municipal do Turismo e do Conselho Municipal do Turismo - já previsto em lei de 2000, mas não estabelecido de fato.

Menos de dez anos após a criação da SMTur, no governo Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020), ela é extinta e a política de turismo passa a compor as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SMDE). Neste período, houve significativa baixa de profissionais dedicados à pasta do turismo, o convênio com a ABIH-RS foi extinto, cargos de confiança foram remanejados para outras áreas e os cargos do setor administrativo-financeiro passaram a se dedicar para todas as áreas de responsabilidade da SMDE e não somente ao turismo. Já o quadro de estagiários também é reduzido, especialmente em decorrência do fechamento de alguns dos Centros de Informação Turística. Assim, além do órgão de turismo ter sido reduzido de uma secretaria para uma diretoria, houve expressiva redução dos profissionais envolvidos na execução da política.

Também, o primeiro desenho da estrutura da SMDE pulverizou as áreas relacionadas ao turismo, separando, por exemplo, a Diretoria de Turismo da Diretoria de Eventos. As duas diretorias possuíam número de funcionários equivalentes (em torno de seis pessoas cada), no entanto, a Diretoria de Eventos atuava apenas com licenciamento dos eventos da cidade por meio de disseminação das exigências a cada tipo de evento e estabelecimento de cobrança para sua liberação. Esta divisão foi alterada dois anos depois, por meio do Decreto 20.296/19. Além disso, a SMTur possuía um setor específico de Marketing, tendo capacidade de produzir materiais de divulgação do destino que abasteciam os centros de informação turística e os estandes dos eventos. Na nova estrutura, a área de Comunicação é compartilhada com as diversas áreas que compõem a pasta do Desenvolvimento Econômico, dificultando formular uma estratégia de divulgação do destino.

Cabe mencionar, que ao longo do governo Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020), o papel da Diretoria de Turismo, bem como sua estratégia de atuação é pouco clara. Expressam esta observação a troca frequente de diretores de turismo no período e o fato de o detalhamento da estrutura, com as finalidades e funções só ocorrer tardiamente, em decreto de 2019.

O quadro 3 abaixo sintetiza as principais leis e decretos cujo objeto se relaciona com a estrutura do órgão de turismo de Porto Alegre:

**Quadro 3** – Atos normativos relacionados à estrutura organizacional do turismo na gestão pública (2005-2020)

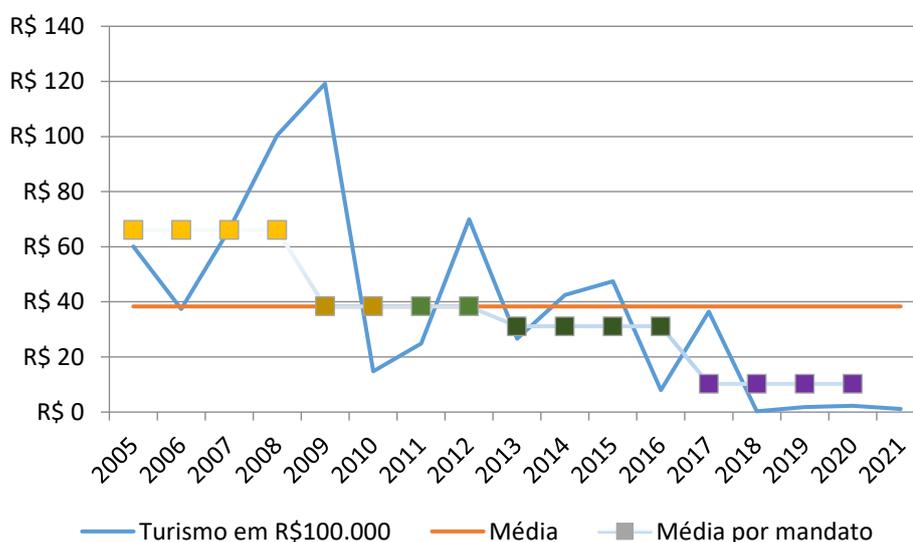
Gestão	Tipo de Lei	Número	Ano	Objeto	Impacto
Fogaça (PPS, 2005 – 2008; PMDB, 2009 –2010)	Lei Ordinária	10.266	2007	Cria a Secretaria Municipal de Turismo - SMTur	Primeiro órgão de turismo com status de secretaria em Porto Alegre. São atribuídas 15 finalidades ao órgão.
	Decreto	15.715	2007	Regulamenta a SMTur	Estabelece cargos e funções da SMTur, prevendo cargos efetivos. Detalha as atribuições das estruturas internas.
	Lei Complementar	587	2008	Altera a LC447/00 transferindo à SMTur as responsabilidades sobre o Funturismo e o COMTUR	Coloca a SMTur como articuladora do Sistema Municipal de Turismo
Fortunati (PDT, 2010 – 2012; 2013 – 2016)	Lei Ordinária	11.244	2012	Cria 5 cargos efetivos de técnicos em turismo na SMTur	Amplia o quadro técnico estável da SMTur
	Decreto	19.225	2015	Institui o Escritório Municipal de Apoio à Produção Audiovisual - vinculado à SMTur	Estabelece as atribuições do órgão, tais como estimular a produção de obras audiovisuais em Porto Alegre
Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020)	Lei Complementar	810	2017	Extingue a SMTur e desloca suas funções para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE	Atribui a SMDE duas finalidades relacionadas ao turismo: a execução da política de “exploração ao turismo” e apoio ou patrocínio a eventos de interesse turístico
	Decreto	20.065	2017	Institui o Escritório de Eventos (EE) vinculado a SMDE	Cria o EE como objetivo de coordenar e acompanhar os processos de licenciamento envolvendo a realização de eventos de impacto no Município de Porto Alegre. O turismo aparece na justificativa da criação.
	Decreto	20.099	2018	Consolida a estrutura organizacional da SMDE	A área de turismo fica com o Escritório de Turismo, já a área de eventos com o Escritório de Eventos.
	Decreto	20.296	2019	Altera a estrutura da SMDE	Integra a área de turismo e eventos na Diretoria Geral de Turismo e Eventos
	Decreto	20.297	2019	Estabelece o regimento interno da SMDE	Pela primeira vez, há descrição detalhada das funções atribuídas às estruturas relacionadas ao turismo dentro da SMDE

Fonte: autoria própria.

Como é possível perceber, a estrutura oficial de turismo de Porto Alegre passa por um processo de institucionalização e aumento da capacidade de implementação entre 2007 e 2016 (período social-liberal), tal característica remete ao tipo hierárquico de governança, em que os níveis hierárquicos do Estado são reforçados. Ao mesmo tempo, percebe-se uma atuação próxima dos interesses privados, com o compartilhamento da formação da equipe da SMTur com a ABIH, aproximando a gestão de um tipo híbrido que combina a governança hierárquica e em rede. Já a partir de 2017 o órgão de turismo perde espaço estratégico e capacidade de implementação da política com uma estrutura organizacional mais enxuta no governo Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020). A extinção do órgão, no contexto de uma visão mais liberal da gestão pública, pode apontar para o que Hall (2011) chamou de governança mercadológica.

Seguindo a análise dos Instrumentos Organizativos, olhou-se para o orçamento dedicado ao turismo em Porto Alegre. Para Lemos (2013) o orçamento e sua execução são evidências das prioridades de um governo, para além de sua retórica. O gráfico 1 demonstra o valor liquidado na função programática turismo (695) para cada R\$100 mil previstos no orçamento. Optou-se por usar esse quociente como uma maneira de padronizar os dados permitindo a comparação entre diferentes exercícios sem ter que realizar a correção monetária dos valores.

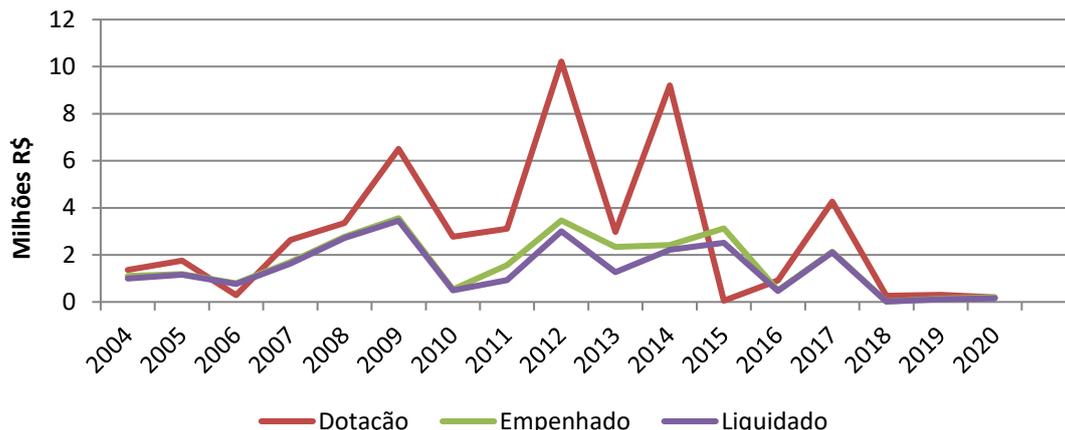
**Gráfico 1** - Valor Liquidado na Função Programática Turismo em Porto Alegre/RS (2005- 2021)



**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de TCE/RS.

Um primeiro aspecto a ser notado é a posição periférica do turismo no orçamento municipal de Porto Alegre. No maior valor da série, em 2009, ano da criação da SMTur, foram investidos R\$119,00 para cada R\$100.000,00, o menor valor foi na gestão Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020), em 2018, com R\$ 0,29 para cada R\$100.000,00. Cabe recordar que valores na função turismo (695) não incluem vencimentos e administração da pasta pelo executivo. Considerando o conjunto, em 16 anos são R\$21 milhões acumulados, sem considerar correção monetária.

Outro destaque é que não há estacionariedade indicando valores semelhantes ao longo da série, ao contrário existe grande variação. Mesmo dentro do período de exercício de cada gestão não há um padrão para distribuição dos recursos. O investimento não ocorre de modo contínuo. A maior prioridade orçamentária ao turismo ocorre no governo Fogaça (PPS, 2005 – 2008, PMDB 2009 – 2010), que cria a pasta específica. Ao longo dos governos Fortunati (PDT, 2010 – 2012; 2013 – 2016), há um padrão semelhante de investimento, apesar de menor. No mandato de Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020) o turismo perde espaço no orçamento do órgão municipal. O gráfico 2 mostra em valores padronizados a trajetória do conjunto do orçamento público municipal e dos gastos executados em turismo, já o seguinte indica os valores absolutos de dotação, empenho e liquidado em cada ano de exercício.

**Gráfico 2** - Valores Absolutos de Dotação, Empenho e Liquidado do Orçamento Turismo em Porto Alegre/RS (2006-2020)

Fonte: elaborado pelos autores a partir do TCE/RS.

O que se percebe é a discrepância entre os valores e dificuldade de previsibilidade no orçamento. Há tanto o caso em que estava previsto uma quantia que acabou não sendo investida, como em 2009, 2012 e 2014, como o contrário, casos em que a dotação prevista para o turismo foi ultrapassada pelo valor de fato liquidado, como em 2006 e 2015. Outra análise possível é notar que no período de 2011 a 2015 o Turismo não executava todo seu orçamento, justificando, em certa medida, a escolha da última gestão em alocar os recursos de acordo com outras prioridades.

Para além das rubricas destinadas à função turismo, ao ler as cartas de apresentação das LOAs e verificar a distribuição orçamentária em seu conjunto, nota-se que o 'incremento do turismo' é com frequência mencionado como finalidade ou justificativa das ações do poder público. Neste sentido, é importante notar que existem investimentos gerenciados por outras pastas (Cultura, Copa, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura) com impacto no território compreendido enquanto destino turístico. Alguns exemplos são a requalificação da Orla do Guaíba; das entradas da cidade; os investimentos do PAC Cidades Históricas. A escolha de quem gerencia tais recursos reflete o entendimento da gestão.

Ainda no campo dos recursos, é interessante recordar que a política de turismo brasileira tem a descentralização como princípio. Assim, é comum que para executar ações em nível local os municípios tenham que captar recursos junto à União. No entanto, isso exige além de empenho, conhecimento técnico, capacidade de articulação política e compromisso em aceitar contrapartidas envolvidas. Os convênios com o Ministério do Turismo refletem, de certo modo, um esforço em priorizar o turismo na agenda local, embora também expressem uma sintonia de prioridades com o nível federal. Cabe pontuar que no período analisado não há repasses da esfera Estadual para os municípios, tampouco o governo do Rio Grande do Sul avaliza municípios para captação de recursos junto a entidades externas, como bancos de fomento. A principal forma de apoio do Estado gaúcho tem sido a compra de espaços em feiras, a promoção institucional em mídias e a manutenção de postos de informação turística. A tabela 1 a seguir contém dados sobre convênios de 2006 a 2020, entre Porto Alegre e a pasta do executivo da União.

**Tabela 1** - Convênios entre o município de Porto Alegre e Ministério do Turismo (continua)

Ano	Valor contratado R\$ (não ajustado)	% liberado	N. de Contratos
2005	R\$ 3.108.018,00	100%	5
2006	R\$ 82.800,00	100%	1
2007	R\$ 797.257,46	76%	2
2008	R\$ 9.867.736,36	95%	9
2009	R\$ 4.734.000,00	49%	10
2010	R\$ 8.086.017,00	29%	9
2011	R\$ 9.567.770,86	8%	3
2012	R\$ 11.286.000,00	48%	4
2013	R\$ 65.496.099,71	1%	4

**Tabela 1** - Convênios entre o município de Porto Alegre e Ministério do Turismo (conclusão)

Ano	Valor contratado R\$ (não ajustado)	% liberado	N. de Contratos
2014			0
2015	R\$ 3.000.000,00	100%	1
2016			0
2017	R\$ 200.000,00	100%	1
2018	R\$ 652.053,79	73%	2
2019	R\$ 1.555.159,54	5%	3
2020	R\$ 577.712,00	6%	3
Total	R\$119.210.624,72	49%	54

Fonte: elaborado pelos autores a partir de CGU (2023).

Ao total foram 54 convênios no período, não obstante apenas 49% do valor contratado tenha sido liberado. O maior valor captado por Porto Alegre foram R\$65 milhões de 2013, referente ao investimento em um centro de eventos, que não se confirmou. Destaca-se o maior número de contratos e valor entre 2008 e 2013. O período coincide com a criação da SMTur, sugerindo que a existência de uma pasta e equipe específica tem efeito positivo na captação de recursos e articulação com o executivo federal. Embora seja importante considerar que há um aumento geral e contínuo dos valores distribuídos pelo MTur desde sua criação até 2010; a partir de então essa tendência muda. Ou seja, para além de prioridade local os convênios também dependem do cenário nacional.

Ao analisar a descrição das ações previstas nos PPAs, foram identificadas 29 para as quais houve valor liquidado. Elas foram agrupadas em seis conjuntos: oferta; marketing; informação; eventos; relações institucionais e projetos especiais. A alocação das despesas em ações permite avaliar o perfil dos investimentos em turismo, bem como as prioridades atribuídas em cada gestão. Assim como a variação de valores executados de um ano para outro, nota-se uma grande variação nas áreas que recebem investimento. Em outros termos, não há uma constância das prioridades. Os destaques são o aporte em infraestrutura (oferta) e o esforço contínuo de 2009 a 2014 de investimento na promoção do destino, atenuado após o ano da Copa do Mundo em que o município foi sede.

A ênfase em oferta turística possivelmente representa aportes feitos a partir de convênios com o ente federal, assim a tabela 2 apresenta os convênios celebrados entre os entes Município de Porto Alegre e Ministério de Turismo categorizada de acordo com o campo de atuação.

**Tabela 2** - Distribuição categorizada do valor conveniado entre município de Porto Alegre e Ministério do Turismo 2005-2020 (continua)

Ano	Infraestrutura	Qualificação	Conhecimento	Serviços	Promoção	Eventos
2005		R\$ 2.342.890,20	R\$ 324.510,00			R\$ 440.617,80
2006		R\$ 82.800,00				
2007	R\$ 390.000,00				R\$ 407.257,46	
2008	R\$ 9.525.750,00					R\$ 341.986,36
2009	R\$ 2.112.000,00		R\$ 2.622,00			
2010	R\$ 4.628.500,00		R\$ 1.962,88	R\$ 1.394.632,60		R\$ 100.000,00
2011	R\$ 8.775.000,00		R\$ 792,77			
2012	R\$ 11.056.000,00		R\$ 230,00			
2013	R\$ 60.634.079,71	R\$ 4.450.000,00			R\$ 412.020,00	
2015		R\$ 3.000.000,00				
2017						R\$ 200.000,00
2018	R\$ 652.053,79					
2019	R\$ 1.555.159,54					
2020	R\$ 477.712,00					R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 99.806.255,04	R\$ 10.075.690,20	R\$ 330.117,66	R\$ 1.394.632,60	R\$ 819.277,46	R\$ 1.182.604,16
%	87,9%	8,9%	0,3%	1,2%	0,7%	1,0%

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de CGU.

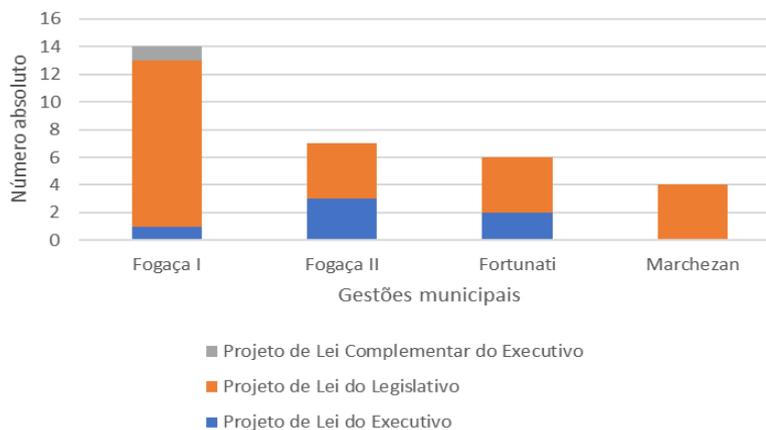
É evidente a ênfase dos convênios em ações de infraestrutura, reflexo local de uma característica já sublinhada por Todesco e Silva (2021) ao estudar a execução orçamentária do Ministério do Turismo. No entanto, outras áreas como recursos para estudos e pesquisas sobre o turismo no destino têm ênfase no período de 2009 a 2012. Um registro do uso de outro instrumento indicado por Velasco González (2005) que é a produção de conhecimento em turismo para instrumentalizar ações. Além disso, existe uso de instrumentos de fomento, seja direto no apoio a eventos e financiamento de melhoria em serviços turísticos prestados pelo município (Linha Turismo, CITs), ou indireto, em programas de qualificação de atores locais para o turismo. Também, nota-se o uso de instrumentos de promoção em objetos como execução descentralizada do Plano Aquarela e desenvolvimento e difusão de um guia oficial do destino.

## 5.2. Instrumentos legislativos

Velasco González (2005) também aponta a pertinência de instrumentos legislativos, particularmente para lidar com ordenação e regulamentação do turismo. Para avaliar o uso de tais instrumento, foi realizado um levantamento de projetos de lei, que permitiu avaliar em que medida o tema turismo encontrava permeabilidade no legislativo municipal e qual instância tem maior protagonismo nas proposições - legislativo ou executivo. Ao analisar a legislação com a temática turismo que tramitou na Câmara de Vereadores, observa-se que ao longo do governo Fogaça (PPS 2005–2008, PMDB 2009–2010) houve um maior volume de Projetos Leis, sendo a maior parte deles (12 de um total de 14) de iniciativa dos vereadores. O conteúdo das propostas de lei varia bastante, mas em sua maioria buscam o incremento da atividade turística no município, tais como a inclusão de conteúdos turísticos nas escolas, homenagem aos profissionais do turismo e formalização de roteiros urbanos.

Os períodos posteriores apresentaram tendência de queda no total de Projetos de Lei relacionados ao turismo, sendo que os de origem no legislativo ficaram estáveis em 4 propostas em cada gestão. Cabe destacar, no entanto, como indica o gráfico 3, que o executivo teve maior participação relativa nas propostas de lei nos Governos Fogaça (PMDB, 2009 – 2010) e Fortunati (PDT, 2010 – 2012 e 2013 – 2016), coincidindo com o período de atuação da Secretaria Municipal de Turismo, podendo indicar um maior esforço de estruturação da política de turismo por parte do executivo.

**Gráfico 3** - Projetos de Lei em Tramitação na Câmara Municipal de Porto Alegre por Tipo (2005- 2020)



**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados da Câmara de Vereadores.

Além dos Projetos de Lei que tramitaram no período, foi buscada a legislação sancionada que ganhou eficácia no período analisado, o quadro 4 abaixo mostra a seleção daquelas mais relevantes em termos de execução da política de turismo (policy).

**Quadro 4** - Atos normativos relacionados à política de turismo de Porto Alegre (2005-2020)

Gestão	Tipo	Número	Ano	Objeto	Impacto
	Lei Ordinária	10.853	2010	Cria a Turismo Aquaviário	Formaliza a prestação de serviço de passeio turístico náutico em próprios municipais
Fogaça (PPS, 2005 - 2008; PMDB, 2009 -2010)	Decreto	16.853	2010	Regulamenta o Turismo Aquaviário	Dispõe sobre obrigações e etapas para que as embarcações recebam um selo de qualidade para sua atuação
	Lei Complementar	638	2010	Estabelece as regras para a utilização do Cais Mauá	Prevê estrutura para operação de barcos turísticos no Cais Mauá (área estadual).
	Lei Ordinária	12.093	2016	Disciplina o exercício da atividade de guia de turismo.	Exige que excursões com origem ou destino em Porto Alegre tenham a presença de Guia de Turismo
Fortunati (PDT, 2010 - 2012; 2013 - 2016)	Lei Ordinária	12.106	2016	Inclui a modalidade 'turístico' no sistema de transporte urbano.	Formaliza o serviço de transporte turístico público na forma de linhas regulares (Linha Turismo) e privado na forma de fretamento
Marchezan Júnior (PSDB, 2017 - 2020)	Lei Ordinária	12.713	2020	Estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo	Permite que a operação da Linha Turismo seja realizada por empresas privadas mediante autorização do poder público

**Fonte:** elaborado pelos autores com base nos textos dos atos normativos.

Como visto na seção sobre o desenho institucional do órgão de turismo, a partir de 2007, as leis dedicam-se à estruturar o órgão de turismo, até que em 2017 há a extinção da SMTur. No caso aqui analisado, o que está em foco são as leis “para fora” da estrutura, aquelas que buscam impactar a forma como o turismo ocorre na cidade.

Dessa maneira, é possível observar que entre 2010 e 2016, período que abrange a gestão Fogaça-Fortunati (PMDB, 2009 - 2010; PDT, 2010 - 2012) e Fortunati (PDT 2013 - 2016), e a SMTur estava atuante, há um conjunto de leis voltadas a regular, organizar e incentivar o turismo em Porto Alegre, com destaque para o turismo náutico, em sintonia com obras e projetos de revitalização da orla da cidade, e a obrigatoriedade de guias de turismo em excursões com origem ou destino na cidade.

Já no governo Marchezan Júnior (PSDB, 2017 - 2020), destaca-se que há somente uma lei aprovada, relacionada ao processo de desestatização da Linha Turismo, serviço que vinha sendo operado desde 2003 pela empresa pública municipal, Carris. O serviço era operado por quatro ônibus double-decker, oferecendo um roteiro hop-on-hop-off com oito saídas diárias nos bairros centrais e outro roteiro circular com duas saídas diárias por bairros mais afastados com enfoque na paisagem natural. Além disso, havia a gratuidade em programa social junto às escolas municipais e para a capacitação de trabalhadores em turismo. O serviço ficou suspenso a partir de março de 2020 em função da pandemia de COVID-19. À medida que os serviços turísticos foram sendo retomados na cidade, a Linha Turismo permaneceu inativa, sendo retomada em junho de 2022 em operação privada, autorizada pela Prefeitura. Duas observações sobre a passagem da operação da Linha Turismo à iniciativa privada. A primeira é que durante mais de um ano o city tour não contou com os ônibus abertos de dois andares, que marcou a vanguarda da capital gaúcha neste tipo de serviço no Brasil. A segunda, é que o preço do passeio passou de R\$30,00 em 2020, para R\$ 80,00 em 2022.

O caso da Linha Turismo condensa bem o modo como diferentes perspectivas políticas levam à opção e ao uso de diferentes instrumentos na política de turismo. Na gestão Fogaça-Fortunati (PMDB, 2009 - 2010; PDT, 2010 - 2012), que se pode caracterizar a partir da proposta de Hall (2011) como estando em algum lugar entre os tipos hierárquico e em rede, nota-se a operação direta de um serviço turístico e sua ampliação. Já na gestão Marchezan Júnior (PSDB, 2017 - 2020), com perfil centrado no tipo mercadológico há a descontinuidade do serviço e a busca por concedê-lo à iniciativa privada.

Além disso, a ausência de outras leis relevantes e a diminuição significativa de propostas de lei no período, indicam um governo com uma postura de “não-intervenção”, característica do grupo no poder, identificado com o discurso neoliberal. Considerando a classificação de Hall (2011), a não-intervenção é um dos instrumentos centrais de um tipo de governança mercadológico.

### 5.3. Instrumentos de participação

Como afirmado anteriormente, aos instrumentos propostos por Velasco González (2016) foram adicionados os instrumentos de participação. A institucionalização da participação social na Constituição de 1988 consolidou diferentes formas de participação popular - como a participação direta, com o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular e a democracia participativa, com os conselhos gestores de políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal (Rocha, 2008). Na medida que para Hall (2011) compreender a relação com a sociedade é fundamental para compreender os tipos de governança, propomos olhar para as instâncias de participação da política de turismo nas diferentes gestões para identificar variações na forma de relacionar-se com atores-chave do turismo. Em março de 2008, portanto, menos de um ano após a criação da SMTur, o órgão propôs a criação do Fórum de Governança Local do Turismo (FGLT), congregando mais de trinta entidades ligadas ao turismo da cidade. Segundo publicação da SMTur (Porto Alegre, 2016, p.44), o FGLT “vem cumprindo com seu objetivo de garantir um espaço de trabalho coletivo e de convergência dos projetos e ações da iniciativa privada e pública(...)”. Na mesma publicação é explicitado que a instância vem debatendo a criação do Conselho de Turismo, ressaltando que tal estrutura atenderia a recomendação do Ministério do Turismo. No entanto, a gestão considerava necessário alterar a lei que regula o conselho (LC 447/2000), oriunda da administração do Partido dos Trabalhadores.

Chama a atenção o grande número de organizações participantes do FGLT, ele agregava entidades tradicionais do trade turístico como a ABIH RS, a Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (ABAV RS), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL RS) e o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região Metropolitana (SINDHA), mas também entidades comerciais, universidades, sistema S, representantes da gestão do aeroporto e da rodoviária, frente parlamentar do turismo, entre outras. Muitas destas entidades possuíam projetos em parceria com a SMTur, como as diferentes ações de qualificação promovidas pela então Escola Social de Turismo: o encontro “Dicas Turísticas”, em parceria com o SINDHA, o “Porto Alegre Turística”, em parceria com o SEST/SENAT e o Sindicato de Guias de Turismo do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 2016) e o “Acolhimento a intercambistas”, em parceria com as universidades Federal e Católica (UFRGS e PUCRS).

Já na gestão Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020), em 2019, é constituído o Conselho Municipal de Turismo, finalmente atendendo as recomendações do Ministério do Turismo. Diferente da avaliação da gestão anterior, o processo de constituição do COMTUR se deu sem alteração da LC 447/2000. A composição do conselho se deu por quinze membros, sendo quatro indicados pelo Chefe do Poder Executivo, quatro indicados por membros de entidades comunitárias, científicas e de organizações populares de caráter comunitário e sete, por entidades ligadas diretamente ao turismo.

Importante salientar que entre o fim do governo Fortunati (PDT, 2013 – 2016) e a nomeação do COMTUR não há registro de reuniões do Fórum de Governança Local do Turismo, que foi descontinuado na gestão de Marchezan. A mudança do formato da instância participativa do Fórum de Governança Local para o Conselho Municipal traz contradições. Por um lado, há o fortalecimento da participação social, considerando que o conselho é institucionalizado por lei e possui poder deliberativo. Por outro, o conselho é instituído em um momento em que a redução da implementação e do investimento em políticas de turismo já estava consolidado, fazendo com que sua margem de decisão fosse estreita.

Assim, do ponto de vista formal, o estabelecimento do COMTUR apontaria para uma governança mais próxima da participação social e, no entanto, do ponto de vista prático, as atas do COMTUR revelam uma relação de pouca influência dos membros nas grandes decisões sobre a política de turismo que se encontrava subfinanciada e com baixa capacidade de implementação. A ideia de uma governança em rede parece mais presente nas gestões anteriores, não somente pela presença do FGLT, mas pela participação próxima de diferentes entidades em projetos e ações da SMTur, incluindo o convênio com a ABIH que permitiu a ampliação de profissionais trabalhando na política municipal de turismo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar como as mudanças no direcionamento da política do executivo municipal afetam as políticas de turismo, considerando o seu desenho institucional, agenda, disponibilidade de recursos e instrumentos utilizados. O texto apresenta evidências empíricas corroborando a proposta de Hall (2011) de que a governança turística é permeada por valores que denotam preferências políticas quanto ao papel dos atores, modos de condução e, em última instância, visão de democracia. Isso, por sua vez, irá refletir no modo como será organizado o governo do turismo e quais instrumentos utilizados para a execução das políticas de turismo. De tal modo que é

necessário considerar o turismo como um objeto na arena do exercício do poder do executivo como um todo, em sua relação com o legislativo e a opinião pública.

Assim, a referida descontinuidade política não se trata somente da alternância dos governantes no poder, mas da oscilação das preferências no modo de condução e na compreensão do papel do estado em relação ao turismo. Tendo como foco a cidade de Porto Alegre/RS, o artigo analisou quatro gestões municipais que se deram após a hegemonia de dezesseis anos de governos dos Partidos dos Trabalhadores. Tal período, ainda que fora do recorte desta análise, é quando há maior proximidade ao que Hall (2011) entende como um modelo de governança comunitária, com a realização de conferência municipal de turismo e de outras ações de turismo de base comunitária.

A partir do que seria o início de uma “guinada à direita”, em 2005, o turismo em Porto Alegre passa a corresponder, na tipologia de Hall (2011), a uma governança situada entre o tipo hierárquico e o tipo em rede. É um período de transição, pois há muitas iniciativas herdadas do Partido dos Trabalhadores que têm continuidade e a composição do governo buscava combinar visões liberais com preocupações sociais. O marco deste período é a criação de um órgão específico, a Secretaria Municipal de Turismo com uma atuação com forte relação com atores-chave do turismo. Todos os instrumentos analisados mostram maior institucionalização da política de turismo no período de atuação da SMTur: maior investimento, maior número de convênios, maior número de leis relacionadas ao turismo e melhor articulação com atores públicos e privados. Portanto, considerando o caso em tela, a existência de órgão específico de turismo com estrutura e funcionários qualificados implicaram positivamente no uso dos instrumentos de governo para o turismo.

Como visto, a gestão Marchezan Júnior (PSDB, 2017 – 2020) é aquela em que a virada à direita ganha mais força, a análise dos instrumentos aponta para a desinstitucionalização da política de turismo em Porto Alegre. No modelo de Hall (2011), estar-se-ia diante de uma governança mercadológica, em que o Estado opta em diminuir seu papel e confere ao mercado o papel de desenvolver a atividade turística. É emblemático, nesse sentido, o processo de desestatização da Linha Turismo. Originada como demanda do Orçamento Participativo, que passa por ampliação da frota e do serviço sob coordenação da SMTur nos governos Fortunati (PDT, 2010– 2012; 2013 – 2016), para ser passada à iniciativa privada neste último período.

O estudo mostrou que a escolha de fontes como Planos Plurianuais, Orçamento Público e Legislação são viáveis para expressar os instrumentos de governo de Velasco González (2016), ainda que os instrumentos de comunicação tenham ficado fora da análise e que se avaliou necessária a complementação da proposta da autora por meio do instrumento de participação. O uso dos instrumentos como aporte teórico e sua tradução em indicadores e fontes de dados foi bem sucedido e seu uso permite estudos comparativos, tanto entre diferentes locais, quanto ao longo do tempo. No entanto, algumas questões ficam em aberto: quais são as implicações na atividade turística de Porto Alegre da desinstitucionalização da política de turismo? Como as mudanças na política de turismo afetam comunidade e turistas? Estas são questões importantes que ficam descobertas pela abordagem adotada neste trabalho, mas ficam como estímulo para novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- Anjos, F. A. dos, & Andrade, I. C. F. de. (2021). As regiões turísticas de Santa Catarina: Análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTUR). *Turismo: Visão e Ação*, 23(2), 435–457. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.p435-457>
- Antunes, V. (2006). *Gestão mercadológica de destinos turísticos urbanos periféricos - a cidade de Porto Alegre*. [Dissertação de Mestrado, PPGTurH UCS]. <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/174>
- Arretche, M., & Marques, E. (2019). *As Políticas da Política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bantim, N., Fratucci, A., & Trentin, F. (2020). O papel do Estado nas instâncias de governança regionais do Turismo. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 14(2), Artigo 2. <https://doi.org/10.17648/raoit.v14n2.5734>
- Beaumont, N., & Dredge, D. (2010). Local tourism governance: A comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 7–28. <https://doi.org/10.1080/09669580903215139>
- Brasil (2008). *Lei n° 11.771 de 17 de setembro de 2008*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)

- Brasil, Ministério do Turismo, MTUR. (2015). *Índice de competitividade do turismo Nacional, Relatório Brasil 2015*. Fundação Getúlio Vargas, Sebrae Nacional. <http://dados.turismo.gov.br/indice-de-competitividade>
- Brasil, Ministério do Turismo, MTUR. (2019). *Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo departamento de Ordenamento do Turismo: Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro*. Programa Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo.
- Chaves, T. J. D., & Secchi, L. (2022). O Plano Nacional de Turismo Brasileiros (2003-2022): uma análise do processo de formação da agenda regional. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT*, 16(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.15210/reat.v16i1.21384>
- Controladoria Geral da União, CGU. (2023). *Portal da transparência, convênios*. [dataset]. <https://portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/convenios>
- Équipe MIT. (2005). *Tourismes 2: moment des lieux*. Paris: Belin.
- Fedozzi, L. (2022). O retrocesso da participação e a contrarreforma urbana. In Marx, Fedozzi, Campos. *Reforma urbana e direito à cidade: Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital. ISBN 9788577857739. <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2023/03/Reforma-Urbana-e-Direito-a-Cidade-PORTO-ALEGRE-v2.pdf>
- Galdino, L. C. F., & Costa, M. L. da. (2011). Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 6(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.17648/raoit.v6n3.3506>
- Gastal, S., & Moesch, M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph
- Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de Pesquisa*. (7ª. ed.) São Paulo: Atlas.
- Hall, C.M. (2004). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Hall, C.M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 437-457, <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2022). *Panorama Porto Alegre: população*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>
- Ivars, J. A. (2003). *Planificación turística de los espacios regionales en España*. Madrid: Síntesis
- Lemos, C. C. (2013). Planejamento do turismo em âmbito federal: Uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1401-1427. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600004>
- Leoni, E. (2002). Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). *Dados*, 45 (3). <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300002>
- Lickorish, L., & Jenkins, C. (2000) A função do governo. In *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- Manzano Lopes, M., & Panosso Netto, A. (2021). Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, 5(2), 200-244. <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205>
- Pereira, J. R., Pimentel, T. D., Carrieri, A. D. P., & Pimentel, M. P. C. (2012). As cinco vidas da agenda pública brasileira de turismo. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 4(3). <https://doi.org/10.12660/oit.v0n4.5803>
- Pimentel, M. R., & Castrogiovanni, A. C. (2022). Cidades invisíveis: ideais de urbanidade a partir da literatura turística, o caso de Porto Alegre (RS). *Para onde!?*, 16(2), 161-188. <https://doi.org/10.22456/1982-0003.121096>
- Pinheiro, I. de F. S., Maracajá, K. F. B., & Chim-Miki, A. F. (2020). Política pública de regionalização do turismo: Um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo Seridó. *Turismo: Visão e Ação*, 22(1), 162-184. <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n1.p162-184>
- Porto Alegre. (2000). *Lei Complementar Municipal nº 447 de 12 de maio de 2000*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/30519>

- Porto Alegre (2007). *Lei Ordinária municipal, nº 10.266, de 10 de outubro de 2007*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/35108>
- Porto Alegre. (2007). *Decreto nº 15.715, de 7 de novembro de 2007*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/35163>
- Porto Alegre (2008). *Lei Complementar municipal nº 587, de 22 de janeiro de 2008*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/35333>
- Porto Alegre. (2010). *Lei municipal 10.853, de 18 de março de 2010*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/36659>
- Porto Alegre. (2010). *Decreto municipal nº 16.853, de 16 de novembro de 2010*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/36993>
- Porto Alegre. (2012). *Lei municipal nº 11.244, de 4 de abril de 2012*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/38130>
- Porto Alegre. (2015). *Decreto nº 19.225, de 25 de novembro de 2015*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/40365>
- Porto Alegre. (2016). *Panorama de Ações da Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre*.
- Porto Alegre. (2018). *Decreto municipal nº 20.099, de 19 de novembro de 2018*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/41820>
- Porto Alegre. (2018). *Decreto nº 20.065, de 18 de setembro de 2018*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/41763>
- Porto Alegre. (2019). *Decreto municipal nº 20.296, de 10 de julho de 2019*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/42142>
- Porto Alegre. (2019). *Decreto municipal nº 20.297, de 10 de julho de 2019*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/42143>
- Porto Alegre. (2019). *Decreto n.º 20.296, de 10 de julho de 2019*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/42142>
- Porto Alegre. (2016). *Lei municipal nº 12.093, de 7 de julho de 2016*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/40738>
- Porto Alegre. (2016). *Lei municipal nº 12.106, de 29 de julho de 2016*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/40770>
- Porto Alegre. (2017). *Lei Complementar nº 810*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/41098>
- Porto Alegre. (2020). *Lei municipal nº 12.713, de 07 de julho de 2020*. <https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/norma/42648>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. (2022). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Instituto de Pesquisa Aplicada, Fundação João Pinheiro. [Consulta IDHM Censo 2010 Porto Alegre, RS]. <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planiha>
- Reis Xavier, T., Ávila Soares Totti, K., & Flores Raddatz, S. M. (2021). Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Turismo - Visão e Ação*, 23(1), 86-109. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p86-109>
- Riscado, J. E. (2019). Turismo e participação social na gestão do Centro Histórico de Salvador (BA). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180026>
- Rocha, E. (2008). A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In Vaz, F. T. *20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social*. ANFIP: São Paulo.
- Sainaghi, R. (2006). From contents to processes: Versus a dynamic destination management model (DDMM). *Tourism Management*, 27(5), 1053–1063. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.09.010>

- Soares, P. R. R., Ugalde, P. A., Castro, H. D., Marx, V., Winckler, J. O., & Fagundes, J. R. (2022). Ajustes regulatórios e projetos pró-mercado: os grandes projetos e reestruturação da metrópole. In Marx, Fedozzi, Campos. *Reforma urbana e direito à cidade: Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital. ISBN 9788577857739. <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2023/03/Reforma-Urbana-e-Direito-a-Cidade-PORTO-ALEGRE-v2.pdf>
- Tarouco, G., & Madeira, R. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (45), 149-165. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>
- Tatagiba, L., Rezende, D., Lavallo, A. G., & Silva, M. K. (2022). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk.
- Todesco, C., & Silva, R. C. da. (2021). Planejamento setorial e execução orçamentária em turismo no Brasil (2003-2018). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 15(2), 1986. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1986>
- Trentin, F. (2016). Gobernanza del turismo en los destinos brasileños: Comparación entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ y Bonito/MS. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(3), 645-658. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.042>
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, TCE/RS (2023). *Balancete de despesa consolidado, anos 2005 a 2021*. [dataset]. [https://dados.tce.rs.gov.br/dataset?q=%22Balancete+de+despesa+consolidado%22&tags=Consolidado&sort=score+desc%2C+metadata\\_modified+desc](https://dados.tce.rs.gov.br/dataset?q=%22Balancete+de+despesa+consolidado%22&tags=Consolidado&sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc)
- Velasco González, M. (2005). ¿Existe la política turística? La acción pública en materia de turismo en España (1951-2004). *Política y sociedad*, 42(1), 169-195. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0505130169A>
- Velasco González, M. (2016). Entre el poder y la racionalidad: Gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. *PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural*, 14(3), 577-594. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.038>
- Vilela, G. J. P., & Costa, H. A. (2020). Políticas Públicas de Turismo: Uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). *Revista Turismo em Análise*, 31(1), 115-132. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p115-132>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso* (5ª Ed.). Porto Alegre: Grupo A.

---

## Informação dos Autores

### Ivone dos Passos Maio

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do INCT Participa (Processo: 406630/2022-4, INCT- Participa).

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados.

E-mail: [zimaio@gmail.com](mailto:zimaio@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3384-2629>

### Maurício Ragagnin Pimentel

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (Rio Grande do Sul).

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados.

E-mail: [mauricioragagnin@gmail.com](mailto:mauricioragagnin@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1071-8385>